

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE
REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SINTRA

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, pelas dez horas, reuniu no Auditório dos Serviços Municipalizados de Sintra (SMAS) a Comissão de Acompanhamento para a Revisão do Plano Director Municipal de Sintra.-----

Estiveram presentes os representantes da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), que preside à CA, da Assembleia Municipal de Sintra (AMS), da Câmara Municipal de Sintra (CMS), da Câmara Municipal da Amadora (CMA), Câmara Municipal de Cascais (CMC), Câmara Municipal de Mafra (CMF), da Câmara Municipal de Odivelas (CMO), da Câmara Municipal de Oeiras (CMO), Agência Portuguesa do Ambiente (APA), da Autoridade Nacional da Proteção Civil (ANPC), da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT), Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo (DRE-LVT), Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), da Direção-Geral do Território (DGT), das Estradas de Portugal, SA (EP), do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF), do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT), da Parques de Sintra, Monte da Lua (PSML), conforme folha de presenças anexa.-----

Faltaram os representantes das seguintes entidades: Câmara Municipal de Loures (CML), Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. (ARS-LVT), Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), do Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça, I. P. (IGFIJ), do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P. (INAC), da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E, e do Turismo de Portugal, I. P. (TP).-----

O Turismo de Portugal, I. P. e o Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P. (INAC) informaram, previamente, que não estariam presentes na reunião.-----

A sessão de trabalhos foi iniciada pelo Diretor de Serviços de Ordenamento do Território da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), Dr. Carlos Pina, que introduziu a ordem de trabalhos da reunião: Apresentação do Diagnóstico, do Relatório dos Fatores Críticos de Decisão e do Modelo de Desenvolvimento do Território, tendo em seguida abordado a nova LBPSOTU (Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo), nomeadamente pela necessidade que esta cria dos Programas Especiais (PEOT) verterem inteiramente o conteúdo relativo a normas

urbanísticas nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), preservando apenas as normas relativas à conservação e salvaguarda dos recursos e valores naturais. Mais acrescentou que a Direção-Geral do Território (DGT) constituiu um grupo de trabalho onde têm representação as várias entidades sob a sua tutela, que em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), produzirá informação para todas as CCDR, de modo a que a transição seja efetuada de modo uniforme em todos os PEOT. A integração das normas que daí resultem como normas a integrar nos PMOT poderá ser feita aquando da Revisão de Planos Diretores Municipais ou em momento posterior, desde que respeitando o prazo previsto na LBPSOTU. Finalmente, referiu a dificuldade demonstrada por alguns elementos da CA em acederem à informação que tinha sido disponibilizada através de *link* próprio, posto o que remeteu a continuidade dos trabalhos à mesa, constituída pela Arq. Maria João Pinto (CCDRLVT) e pelo Arq. Tiago Trigueiros (CMS). -----

O Arq. Tiago Trigueiros deu as boas-vindas em nome da Arq.^a Ana Queiroz do Vale, Diretora Municipal do Ambiente, Planeamento e Gestão do Território, fazendo nota que a arquiteta tinha sido chamada a reunir na Presidência mas juntar-se-ia à reunião logo que possível; em seguida, informou que o município dispõe agora dum sistema de armazenamento de informação em *cloud*, pelo que a questão da disponibilização da informação será resolvida criando uma conta para todos os elementos da CA, sendo contudo imprescindível que todos façam chegar à CMS os dados atualizados (nome e conta de *email*), visto que muitos elementos comunicaram que essa informação já se encontrava desatualizada (novo *email* ou mesmo novo representante). -----

A Arq.^a Maria João Pinto (CCDRLVT) fez nota que todos os elementos que foram substituídos tiveram que comunicar à CCDRLVT, mas de qualquer forma, seria importante que todos fizessem chegar contato atualizado e definitivo à CCDRLVT, que os reencaminhará à CMS (DMAPG/GPDM). Posto isto, convidou os elementos da CA que ainda não o tinham feito a assinarem as atas de reuniões anteriores.-----

Pelas 10 horas e 30 minutos, o Arq. Tiago Trigueiros deu início à apresentação do Diagnóstico, começando pelo Tema 1, Enquadramento, tendo os restantes técnicos do Gabinete do Plano Diretor Municipal apresentado os temas 2 a 10, sequencialmente e da seguinte forma.-----

O Dr. Álvaro Terezo (CMS) apresentou o Tema 2 e 3, Caracterização Biofísica, Paisagística e do Estado do Ambiente.-----

O Eng. Rui Colaço apresentou o Tema 4, Ocupação Atual do Solo e Povoamento.-----

A Dra. Sónia Barreira apresentou o Tema 5, Caracterização Sócio-Demográfica.-----

A Dra. Isabel Henriques apresentou o Tema 6, Sócio-Economia.-----

O Eng. Rui Colaço apresentou o Tema 7, Sistema Urbano.-----

O Urbanista Manuel Espada apresentou o Tema 8, Equipamentos e Espaços Públicos.---

A Eng.^a Emília Santos apresentou o Tema 9, Infraestruturas, e o Tema 10, Acessibilidades, Transportes e Mobilidade.-----

O Arq. Tiago Trigueiros apresentou o Tema 11, Património Natural Arquitetónico e Arqueológico, encerrando assim a apresentação do Diagnóstico, tendo passado a palavra à Eng.^a Rita Bruno Soares. -----

A Eng.^a Rita Bruno Soares, da equipa do Instituto Superior Técnico (IST), que realiza a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), abriu a apresentação com a nota que a mesma não era referente ao Relatório dos Fatores Críticos de Decisão, por ainda não estar finalizado, mas apenas à Metodologia da AAE, e nomeadamente ao trabalho que já foi desenvolvido e ao que se seguirá. Em seguida passou a uma breve apresentação desses conteúdos, onde se destacaram os Fatores Críticos de Decisão que já foram encontrados em *workshop* de focalização, e as Prioridades que resultaram do inquérito à população. -----

O Arq. Tiago Trigueiros voltou a tomar a palavra para apresentar o Programa e o Modelo de Desenvolvimento Territorial. A apresentação começou com a descrição das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças que derivaram do Diagnóstico. Antes da apresentação do Programa que daí resulta, foi feita referência à Deliberação de Reunião de Câmara de 25 de julho de 2012 que deu lugar à abertura de Revisão do PDM Sintra, e onde tinham sido apresentados termos de referência que já continham eixos estratégicos; foi referida a necessidade de desenvolvimento e adequação dos mesmos em resultado do Diagnóstico e que para o efeito é proposto um desenvolvimento dos termos de referência estabelecidos. Em seguida, foi apresentada a Visão para Sintra, e descritos os Eixos Estratégicos e Objetivos, e finalmente, apresentada a imagem que concretiza visualmente o Modelo de Desenvolvimento Territorial. O mesmo apresenta um concelho onde coexistem macrounidades, cada uma destas com três Objetivos específicos, que também foram descritos, pondo fim à apresentação. -----

Neste ponto, a Arq.^a Ana Queiroz do Vale expressou a vontade de fazer um comentário final sobre o Modelo de Desenvolvimento Territorial, tendo dito que “este Modelo é A Cidade e as Serras de Eça de Queirós”, porque tem-se a cidade e tem-se as serras; tem-se a cidade e a economia, desejando-se que a zona da indústria da pedra volte a ser competitiva, ligada às novas tecnologias, alinhando com os dois polos a sul (espelhados no MDT), que já apresentam uma vocação de forma mais acentuada. Tem-

se a cidade e espaços que se querem qualificados, pela afirmação das centralidades, combatendo “o corredor urbano” e criando “a cidade policêntrica”. Tem-se dois setores onde se pretende fazer forte aposta, sobretudo na zona Norte e Interior: a Agricultura e o Turismo (este, na Orla Costeira e na zona Interior que lhe é adjacente), promovendo-se ainda o combate à dispersão nessas zonas. Como foi dito de início: tem-se no Modelo as Cidades e as Serras de Eça de Queirós. -----

O Dr. Carlos Pina agradeceu à equipa a apresentação do alargado conjunto de estudos apresentados, que servirão certamente para apoiar a proposta de ordenamento. Em seguida referiu o regime extraordinário de regularização (Regime Jurídico que estabelece com carácter extraordinário o Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo), que constitui uma oportunidade única para que finalmente se defina que o que é para regularizar e o que é para abandonar, para que estes problemas não tenham que passar pela Revisão do PDM. Referiu mais uma vez o trabalho da DGT em aferir quais as normas que terão que passar dos PEOT para os PMOT, cujo resultado será apresentado à CCDDR. Finalmente, mencionou o que considera serem os dois desafios para Sintra: dar centralidade ao coração urbano, e explorar o potencial associado ao património, tendo dado aqui mencionado o trabalho exemplar da Parques de Sintra – Monte da Lua (PSML) que, ao valorizar o património, não só criou valor para a empresa, como gerou oportunidades de negócio para o comércio local, unidades turísticas, toda uma economia ligado ao turismo, pelo que o património, bem gerido, poderá criar valor em todo o concelho. Um desafio adicional será quebrar o turismo de passagem: o turista que vem a Sintra integrado num circuito e não propositadamente, podendo ser interessante apostar em pequenas unidades que sirvam o segmento de turistas que se interessa especificamente por pequenas vilas históricas. -----

A Arq.^a Maria João Pinto também cumprimentou a equipa, mas referiu que neste ponto era indispensável saber qual o ponto de situação da RAN, REN e Avaliação Ambiental, embora relativamente a esta última tenha ficado claro que a apresentação do Relatório dos FCD está para breve, conforme estipulado, pelo que ficará resolvida.--

Em resposta à questão sobre o regime extraordinário de regularização, a Arq.^a Ana Queiroz do Vale afirmou que a CMS já desenvolveu um Manual de Procedimentos, e que neste momento se tentam identificar todas as situações passíveis de serem resolvidas por este regime. -----

O Arq. Tiago Trigueiros esclareceu a questão da RAN e REN: a redelimitação da REN encontra-se a ser feita internamente, estando previsto encerrá-la durante o mês de Fevereiro; quanto à RAN, foi solicitada à Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT) no primeiro semestre de 2014, e no segundo foram feitas várias insistências e inclusivamente entregue informação disponível, mas ainda não foi possível obter a informação desejada. Continuará a ser feita insistência. -----

O Dr. Carlos Pina dirigiu-se à CA, focando novamente a questão de todos fornecerem contactos atualizados de forma a poderem aceder à plataforma (*cloud*) onde serão disponibilizados todos os conteúdos apresentados na reunião e também o Relatório de FCD e a versão final do MDT. Quando a Câmara tiver todos esses elementos, será divulgado aviso pela CA, que a partir dessa data terá 2 meses para enviar contributos.--

A Arq.^a Ana Queiroz do Vale questionou acerca da possibilidade desse prazo ser reduzido porque antes disso se pretende fazer aprovar os elementos, e nomeadamente o MDT, em reunião de Câmara. -----

O Dr. Carlos Pina afirmou que para o Relatório de FCD o prazo legal para envio de contributos é de 15 dias e terá de ser cumprido; e que relativamente ao Diagnóstico, os contributos não o invalidarão, servindo antes como complemento, de modo a que, quando houver Proposta, se possa verificar que os estudos de Diagnóstico a apoiam. Neste ponto, voltando a dirigir-se à CA, referiu que poderá ser oportuno fazer uma visita de campo de trabalho para verificar *in situ* situações pontuais que venham a levantar questões, após o que passou a palavra à Comissão de Acompanhamento. -----

---O Eng. João Cordeiro da Direcção-Geral do Território (DGT) fez nota que a DGT deu parecer favorável aos estudos, mas que os mesmos apresentam cartografia não homologada. Que tem conhecimento que a CMS se encontra em processo de aquisição de cartografia homologada, mas que na data em que a possuir deverá substituir todas as peças onde tenha sido utilizada cartografia não homologada. Que o mesmo já havia sido referido na última reunião da CA. Que os trabalhos necessários ao Diagnóstico e a utilização de informação cartográfica são duas coisas distintas, e embora os primeiros possam avançar com a cartografia disponível, no momento em que passa a haver produção de cartografia temática esta tem que ser forçosamente elaborada sobre cartografia homologada.-----

---O Eng. Vítor Ramos da Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo (DRE-LVT) mostrou preocupação com a possibilidade da Revisão do PDM não vir a dar a devida atenção

às atividades económicas. Que toda a atividade económica que venha a ser promovida deverá ter um propósito, que deverá desde o princípio balizar-se quais os impactes positivos e negativos que se espera que desta advenham. Dando o exemplo do passado, deu o exemplo do desenvolvimento industrial conseguido à custa da destruição de recursos ambientais, nomeadamente contaminação de aquíferos e poluição generalizada. Que se deve criar riqueza, mas sob condições controladas. Que seria importante aferir quais os problemas que surgiram em resultado das atividades económicas promovidas no âmbito do PDM em vigor, se possível medindo-os com indicadores que possam servir a Proposta da Revisão. -----

---O Dr. João Lacerda Tavares da Parques de Sintra – Monte da Lua (PSML) afirmou que que no Enquadramento não constam as Recomendações da UNESCO para a Gestão da Paisagem Natural Classificada. Que entende que não são lei, mas contêm elementos da maior importância, como a capacidade de carga de monumentos e sítios. Que a Declaração de Interesse Municipal para alguns destes poderá entrar em conflito com essas recomendações, pelo que será de atentar nas mesmas. -----

---O Dr. André Fernandes da Proteção Civil informou que tinha que sair dado o adiantado da hora e que iria solicitar reunião setorial. -----

---A Dra. Susana Gargaté da Estradas de Portugal (EP) informou da sua disponibilidade para a marcação das reuniões que fossem necessárias. -----

---- A Arq.^a Elisabete Bizarro do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) considera importante reunir, na sequência de tudo o que foi dito sobre PE e PM, para abordar as questões do Parque Natural Sintra-Cascais (PNSC). -----

---- O Arq. João Palma da Câmara Municipal de Cascais (CMC) afirmou, na sequência do comentário do ICNF, que a articulação ICNF-CMC-CMS sobre o PNSC é indispensável, tendo já começado as reuniões de trabalho, e estando Cascais disponível para o que for necessário, mesmo com os timings muito apertados que o PDM Cascais tem neste momento, dado o estado avançado em que se encontra o processo. -----

---- A Eng.^a Isabel Guilherme da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) não quis deixar de referir que julga que a questão dos Recursos Hídricos e Ecossistemas Associados foi tratada de forma demasiado breve, e deverá ser reforçada, o mesmo se passando com a questão do Risco em zonas inundáveis. Relativamente à questão dos Planos Especiais, a mesma concertação que se encontra a ser feita com o PSNC terá que ser feita com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC Sintra-Sado).-----

Posto isto, a palavra voltou à mesa, tendo o Dr. Carlos Pina lembrado, mais uma vez, que o prazo para entrega de contributos após disponibilização pela CMS é de 15 dias para os Relatórios de FCD e 2 meses para o Diagnóstico.-----

A Arq.^a Ana Queiroz do Vale referiu que seria muito oportuno que o MDT tivesse prazo para entrega de contributos igual ao do Relatório de FCD, isto é 15 dias, e o do Diagnóstico fosse inferior a 2 meses. -----

O Dr. Carlos Pina não viu inconveniente em fazer a colagem do prazo do MDT ao do Relatório de FCD, pelo que ficou estabelecido que a entrega de contributos relativo a estes elementos (MDT e FCD) deverá ocorrer no prazo de 15 dias após disponibilização dos mesmos pela CMS à CA. Quanto ao Diagnóstico, julgou que o prazo não poderia ser inferior a 2 meses, pelo que ficou esse prazo como acordado.-----

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, pelas treze horas e trinta minutos.-----

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
(CCDRLVT)

Assembleia Municipal de Sintra (AMS)

Câmara Municipal de Sintra (CMS)

Câmara Municipal da Amadora (CMA)

Câmara Municipal de Cascais (CMC)

Câmara Municipal de Mafra (CMF)

Câmara Municipal de Odivelas (CMO)

Câmara Municipal de Oeiras (CMO)

Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Autoridade Nacional da Proteção Civil (ANPC)

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT)

Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo (DRE-LVT)

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)

Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)

Direção-Geral do Território (DGT)

Estradas de Portugal, SA (EP)

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P (ICNF)

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT)

Parques de Sintra, Monte da Lua (PSML)